

## **FRONTEIRAS ESTRATÉGICAS: AS ANTILHAS SOB A ÓTICA DA DIPLOMACIA BRASILEIRA, 1947-1953**

*Dinair Andrade da Silva\**

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é discutir, sob a ótica da diplomacia brasileira, aspectos das relações internacionais nas Antilhas, enfatizando a sua condição de fronteiras estratégicas no âmbito da política anticomunista norte-americana entre 1947 e 1953, período conhecido como a primeira Guerra Fria. Os Estados antilhanos – Cuba, Haiti e República Dominicana – a despeito das suas dessemelhanças, constituíram fronteiras estratégicas confiáveis no âmbito da política externa norte-americana de combate acirrado ao comunismo. A discussão abarca temas de natureza jurídica e política, econômica e financeira, social e cultural.

### **RESUMEN**

El objetivo de este trabajo es tratar, bajo la óptica de la diplomacia brasileña, aspectos de las relaciones internacionales en las Antillas, enfatizando su condición de fronteras estratégicas en el ámbito de la política anticomunista norteamericana, entre 1947 y 1953, período conocido como la primera Guerra fría. Los Estados antillanos – Cuba, Haití y República Dominicana – más allá de sus diferencias, constituyeron fronteras estratégicas confiables en el ámbito de la política externa norteamericana de combate aguerrido al comunismo. La discusión abarca temas de naturaleza jurídica y política, económica y financiera, social y cultural.

ANDRADE DA SILVA, DINAIR. Professor da Universidade de Brasília. Graduado em História da América e Pós-Graduado na área de História das Relações Internacionais da América Latina.

## ABSTRACT

This work aims at discussing, from the point of view of Brazilian Diplomacy, some aspects of international relations in the Antilles with emphasis on their role as strategic frontiers in the frame of American anticommunist policy in the period known as the first Cold War (1947-1953). Despite their dissimilarities, the Antillean States – Cuba, Haiti and Dominican Republic – made up reliable strategic frontiers in the frame of American foreign policy of exacerbated fight against communism. This discussion includes topics of juridical, political, economic, financial, social and cultural order.

\*\*\*

O objetivo deste trabalho é discutir aspectos das relações internacionais nas Antilhas, enfatizando a sua condição de fronteiras estratégicas no âmbito da política anticomunista norte-americana, entre 1947 e 1953, período conhecido como a primeira Guerra Fria, sob a ótica da diplomacia brasileira.

A noção física e humana de Caribe foi muito ampliada nos últimos anos. E as Antilhas representam, naturalmente, uma pequena porção do mundo caribenho. O Caribe – chamado por alguns de mediterrâneo tropical – soma diversas características: dispersão geográfica, diversificada formação cultural, étnica e lingüística, variada orientação para o mercado e o mundo exterior, etc.

A região antilhana, periodicamente abalada por graves atos de violência, foi cenário da primeira colonização, foco comercial, eixo de distribuição das correntes expansivas. Foi uma área de alta produtividade tropical, de expansão econômica, porém, de escassa consistência social e política. Saiu, tardiamente, do domínio dos países europeus colonizadores, para ser submetida ao domínio dos Estados Unidos. Finalmente, recorda-se o seu papel de área fronteiriça numa quádrupla direção: Leste-Oeste e Norte-Sul.

Com o propósito de contextualizar nosso objeto de estudo, recordamos elementos conhecidos que atuaram na construção da ordem internacional bipolar, vigente na segunda metade do século passado. Num pólo da relação, as ações norte-americanas sintetizadas na Doutrina Truman (12.03.1947), Plano Marshall (05.06.1947) e Tratado do Atlântico

Norte (04.04.1949). No outro, as ações soviéticas representadas pelo Kominform (Escritório de Informação Comunista), que no encerramento de sua Conferência, em novembro de 1947, divulgou documento rechaçando a Doutrina Truman.

Estes elementos especificaram o momento histórico em que a Guerra Fria efetivou-se como um ingrediente significativo das relações internacionais, sendo o ano de 1953 um marco na alteração dos rumos tomados por cada um dos dois blocos: morte de Stalin e posse de Eisenhower na presidência dos Estados Unidos.

Os Estados insulares do Caribe – Cuba, Haiti e República Dominicana – a despeito das suas dessemelhanças, constituíram fronteiras estratégicas confiáveis no âmbito da política externa dos Estados Unidos de combate acirrado ao comunismo no Continente.

A discussão abarca temas de natureza jurídica e política, econômica e financeira, social e cultural, contemplando três pontos fundamentais: as linhas norteadoras da política externa brasileira para o Continente na dinâmica do pós-guerra, as relações interantilhanas, com destaque para as tensões entre o Haiti e a República Dominicana e a política internacional dos Estados insulares com o Continente, explicitando a tentativa de atuação protagonista da Argentina nas Antilhas.

Relatórios dos chefes das Missões diplomáticas sediadas nos respectivos países, produzidos para subsidiar a Conferência Interamericana de Caracas (1954), ofícios e despachos confidenciais do período, integram as fontes primárias deste estudo.

A bibliografia consultada, que não ultrapassou o sentido meramente complementar, preencheu, apenas, as lacunas naturais deixadas pelas fontes primárias manuseadas.

## **Política Externa Brasileira para o Continente na Dinâmica do Pós-Guerra**

Esta seção contemplará três temas básicos: as diretrizes da política interamericana do Itamaraty, a inserção do Brasil no Continente e as relações do Brasil com os Estados insulares do Caribe.

### **Diretrizes da Política Interamericana do Itamaraty**

Os princípios norteadores da política externa do Brasil para a América Latina podem ser depreendidos do discurso proferido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Vicente Ráo, na inauguração da Reunião dos Embaixadores dos países membros da OEA, no Rio de Janeiro, em 1954.

O Brasil deveria “manter inquebrantável a unidade política do continente”. Portanto, deveria posicionar-se contra a formação de blocos regionais ou de particularismos (BRASIL,1954,8).

O Chanceler reafirmou o princípio da “não intervenção nos assuntos internos dos demais países” (BRASIL,1954,9).

Estribando-se em dispositivo constitucional e nas tradições jurídicas e políticas brasileiras, o ministro lembrou aos embaixadores que “devemos sempre pleitear a solução pacífica dos problemas americanos e dos conflitos entre os países da América”. Recordou a pertinência, para estes casos, dos entendimentos bilaterais, multilaterais e dos julgamentos arbitrais (BRASIL,18-09-1946,4ºart).

Enfatizou-se, ainda, a necessidade de incrementar as relações econômicas, comerciais, intelectuais e culturais do Brasil com os Estados americanos por ser “esta a melhor maneira de interpenetração com os demais países, na base de uma cooperação mútua e de um mútuo e melhor conhecimento” (BRASIL,15-02-1954,9).

A luta contra o avanço do comunismo internacional na América Latina foi considerada, por Vicente Ráo, como a “diretriz suprema” da

política externa brasileira para o Continente. Segundo o Chanceler, esta luta representava a

*convergência de todos os nossos esforços políticos, econômicos e culturais na organização de nossa própria força ou poderio interno, como ponto de apoio para a nossa eventual defesa e a da civilização ocidental, neste mundo dividido, desgraçadamente, em duas grandes partes, para cá e para lá da cortina de ferro* (BRASIL,1954,10).

Em outras palavras, a posição do Brasil em resguardo do Continente contra a infiltração das idéias de Moscou representava “uma participação consciente na defesa da política ocidental, a que nos achamos incorporados”(BRASIL,1954,15).

A Circular Confidencial nº 1846, de 13.02.1954, por meio do seu Anexo I, retoma os princípios fundamentais da política interamericana do Brasil e adiciona a eles três normas de ação; e, por intermédio do Anexo II, formaliza as Instruções relativas ao temário da X Conferência Interamericana, material pertinente para se conhecer a posição do Brasil naquela conjuntura.

A primeira norma de ação diz respeito à questão das colônias européias no Continente. A posição do Brasil, neste caso, é “contrária à permanência da sujeição de qualquer parte do território americano à jurisdição política e administrativa das nações extra-continentais” (BRASIL,1954,1). A posição brasileira foi firmada em um discurso do presidente Vargas proferido na Embaixada da Espanha, no Rio de Janeiro, no “Día de la Hispanidad”, em 12 de outubro de 1953. Quanto à questão das colônias e territórios ocupados na América,

*O Governo brasileiro favorece, pois, uma reafirmação enérgica da oposição das nações do continente ao colonialismo na América, seja qual for a modalidade jurídica adotada pelas nações colonizadoras para a denominação, ou qualificação, de ditas colônias* (BRASIL,1954,5).

A norma de ação seguinte contempla a questão do comunismo na América. Quanto a este particular, o Brasil destaca dois aspectos. No

primeiro, enfatiza que combate o avanço do comunismo internacional com o objetivo de manter os compromissos para com as potências do Ocidente. No segundo, esclarece que o comunismo encontra terreno fértil onde as desigualdades são mais evidentes, as injustiças sociais mais acentuadas e o trabalho humano visto como objeto de exploração. A Circular enfatiza que o perigo do comunismo é afastado com a elevação do nível econômico, social e cultural das massas, o que poderá ser alcançado com a cooperação internacional (BRASIL,13/02/1954,1-2). Esta questão está contemplada nas Instruções sob a ótica das razões do progresso e do fenômeno da infiltração do comunismo no Hemisfério.

*Quanto à infiltração comunista propriamente dita, o Governo brasileiro julga oportuno reafirmar a repulsa do Continente à intervenção de partidos que representam Estado estrangeiro, configurando, pois, um caso de agressão interna (BRASIL,1954,6).*

O Brasil à época, admitia uma gradação no processo de infiltração das idéias de Moscou entre os países do Continente. No entanto, não compartilhava da idéia de que existisse país americano sob o controle soviético ou submetido a ditadura comunista. Para o Itamaraty,

*em certos casos os interesses econômicos contrariados tendem a fazer com que a situação existente seja descrita, internacionalmente, com cores mais sombrias do que as da realidade (BRASIL,1954,7).*

A terceira norma de ação refere-se ao Asilo Diplomático. Quanto a esta questão, o Brasil reafirmou a sua tradição liberal, consolidada desde o século XIX, favorável a esta prática política “de alcance humanitário” (BRASIL,1954,2). As Instruções reiteram a posição favorável do Brasil ao Asilo como instituição humanitária, defendendo o ponto de vista “de que a qualificação do crime para fins de asilo deve ser feita pelo país asilante”(BRASIL,1954,6).

### **O Brasil e o Continente**

O Ministro Vicente Ráo, no discurso proferido na Reunião dos Embaixadores, destacou como “pontos mais sensíveis da nossa representação americana” a Argentina, a Bolívia e o Paraguai, em

decorrência das peculiaridades dos interesses do Brasil no Continente (BRASIL,15/02/1954,7). Estes países constituíam o que o ministro chamou de “faixa de segurança” de representação exterior (BRASIL,15/02/1954).

Sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, estremecidas naquele momento, o ministro disse em seu discurso que faria comentários detalhados em outra oportunidade. No entanto, não deixou de mencionar a estabilidade da aliança entre os dois países, afirmando que “permaneceremos unidos na defesa da política ocidental”(BRASIL,1954,11).

Mencionou, também, as dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil, com o advento do Governo republicano nos Estados Unidos. Minimizou atritos, como convinha ao momento, e manifestou confiança.

*Porque a verdade é que os americanos não se convencer, aos poucos, de que essa cooperação econômica é necessária, não só em benefício da política continental, mas em benefício de interesses recíprocos, nossos e deles* (BRASIL,1954,11).

No diálogo com os Estados Unidos, o Chanceler falou a linguagem do “intercâmbio e cooperação” e não a retórica do “auxílio”(BRASIL,1954).

Como ele mesmo explicitou ao se referir ao Brasil, não se serviu da expressão tecnicamente correta “país subdesenvolvido”, mas “país em curso de desenvolvimento, em marcha acelerada de progresso”(BRASIL,1954,11).

Finalmente, a propósito da crise econômica de então entre os dois países, o Ministro afirmou que ele e o Embaixador do Brasil em Washington, João Carlos Muniz, estavam trabalhando no sentido “de fazer compreender aos norte-americanos, que o nosso interesse é o deles também” (BRASIL,1954,12).

### **O Brasil e os Estados Insulares do Caribe**

As relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados insulares do Caribe se caracterizaram pela irrelevância recíproca. Todavia, apesar deste quadro de insignificância, as relações eram, predominantemente, amistosas e cordiais.

Em se considerando as características políticas dos Estados insulares caribenhos, pode-se afirmar que as relações diplomáticas entre eles e o Brasil foram estruturadas muito precocemente. Em 22 de novembro de 1906, foi criada a Legação do Brasil em Havana. Passadas mais de três décadas, esta Representação diplomática foi elevada à categoria de Embaixada, em 7 de junho de 1943 (BRASIL,1968). Posteriormente, em 29 de maio de 1940, criou-se a Legação brasileira na República Dominicana, com sede na Ciudad Trujillo. Três anos mais tarde, em 7 de junho de 1943, esta Missão diplomática ascendeu-se à categoria de Embaixada (BRASIL,1968). Finalmente, foi criada a Legação brasileira em Porto Príncipe, em 4 de janeiro de 1950. Transcorridos três anos, em 12 de janeiro de 1953, o Brasil inaugurava a sua Embaixada no Haiti (BRASIL,1968).

No discurso do Chanceler Vicente Ráo, não se encontram recomendações ou instruções específicas sobre os Estados insulares do Caribe. No entanto, aludiu, breve e genericamente, à região caribenha e à América Central, mencionando a possibilidade de se estudar o incremento das relações econômicas do Brasil com a região, “inclusive pela exportação, de nossa parte, de produtos manufaturados” (BRASIL,15/02/1954,11).

### **Cuba**

É interessante notar que no final dos anos quarenta, ainda que as relações entre o Brasil e Cuba não tivessem nenhuma importância estratégica e a Embaixada do Brasil em Havana fosse “tida como de importância secundária”, esta, ainda assim, esteve sempre atenta aos acontecimentos internos da Ilha, especialmente, os que se relacionavam à expansão do comunismo no país (BRASIL,1947-1959,1).

Quando Manoel César de Góes Monteiro foi designado Embaixador do Brasil em Havana, a Secretaria de Estado, por meio de despacho confidencial, deu a ele as pertinentes Instruções. De início, o documento valorizou a experiência do embaixador na região do Caribe onde por vários anos chefiou Missão diplomática, asseverando que esta é mais valiosa que as próprias Instruções então expedidas. A propósito

das relações entre o Brasil e Cuba afirmou-se que “são de grande cordialidade”(BRASIL,1950-1963,1). O novo titular do posto foi informado que o presidente da República era Carlos Prío Socarrás, eleito em 1948. As Instruções dão conta de que Cuba era um dos pontos onde o comunismo mais havia se sedimentado no Continente. O país era, pois, foco de irradiação das idéias marxistas para toda a América. Por esta razão, “Deverá, pois, Vossa Excelência trazer a Secretaria de Estado a par das atividades comunistas cubanas, bem como de suas ligações com os órgãos de difusão do marxismo na América”(BRASIL,1950-1963,2).

Foi solicitado ao Embaixador especial atenção para com as relações internacionais de Cuba, especialmente, as relações entre a Ilha e os Estados Unidos. As Instruções mencionaram que era do conhecimento de Góes Monteiro que as relações políticas entre os países do Caribe eram bastante tensas desde algum tempo. “Existem, de fato, sérias divergências entre a República Dominicana, de um lado, e Cuba, Guatemala e Haiti de outro”(BRASIL,1950-1963,3). As Instruções reiteraram que o Governo brasileiro permanecia fiel ao princípio de que eventuais controvérsias devessem ser resolvidas por meios pacíficos. Finalmente, estimulou o diplomata a não poupar esforços no sentido de implementar as atividades culturais, incentivar o desenvolvimento do intercâmbio cultural entre os dois países, reativar, de modo especial, os entendimentos em curso, “no sentido de ser contratado um professor brasileiro para lecionar as cadeiras de língua portuguesa e literatura brasileira no Instituto de Idiomas Modernos” da Universidade de Havana (BRASIL,1950-1963,5).

No entanto, registra-se que a despeito das relações cordiais entre o Brasil e Cuba, ocorreu um incidente diplomático, motivando um protesto formal do Brasil contra a atitude da Delegação cubana na Conferência da UNESCO, em janeiro de 1953.

*Tenho a honra de informar Vossa Excelência, em obediência a instruções de meu Governo, da desagradável repercussão que teve no Brasil a atitude da Delegação de Cuba à VII Conferência Geral da UNESCO em relação à candidatura do Professor Miguel Osório de Almeida a uma das oito vagas a serem preenchidas no Conselho Executivo daquela Organização* (BRASIL,1950-1963,1).

Adiante acrescentou:

*É com grande pesar que cumpro o dever de transmitir a impressão do Governo brasileiro de que a atitude da Delegação cubana, e particularmente o seu chefe, o senhor Orestes Ferrara não esteve, nessa ocasião, à altura das tradições da diplomacia de seu país, nem se conformou com o caráter da amizade franca e leal felizmente existente entre o Brasil e Cuba (BRASIL,1950-1963,1).*

O ato praticado pela Delegação cubana feriu o critério da justa e eqüitativa distribuição geográfica e cultural das vagas: uma para os anglo-saxões, uma para o Brasil e seis para os hispano-americanos. E concluiu:

*O Delegado do Brasil, Professor Paulo Carneiro, apesar das declarações pouco lisonjeiras do senhor Orestes Ferrara, nele votou para um dos cargos no Conselho Executivo, de acordo com as instruções que recebera do Governo brasileiro e em atenção aos compromissos assumidos com o Governo cubano (BRASIL,1950-1963,4).*

Por meio de ofício, a autoridade brasileira em Havana enviou à Secretaria de Estado cópia da resposta do Governo cubano à nota nº 5, de 6 de fevereiro de 1953, da Embaixada em Havana, passada conforme Instruções do Despacho nº 1, de 28.01.53, que foi assinada por Miguel Ángel Campa. A resposta, que contém as justificativas do Governo de Havana, foi datada de 15 de maio de 1953 (BRASIL,1947-1959).

No ano seguinte, em 1954, o Governo brasileiro não renovou apoio ao Dr. Orestes Ferrara y Marino na UNESCO. O Brasil continuava a prestigiar a justa aspiração cubana no tocante ao Comitê Executivo daquela Instituição, estava pronto a reexaminar o assunto na eventualidade de vir a ser apresentado outro candidato cubano ao posto. A justificativa para tal posição foi a falta de reciprocidade no comportamento do mencionado senhor, quando o Professor Miguel Osório de Almeida pleiteara uma vaga no mencionado Comitê, pouco antes (BRASIL,1950-1963).

No final de 1953, o Relatório do embaixador Góes Monteiro destacou, no âmbito das relações entre o Brasil e Cuba, apenas o comércio exterior que, aliás, era de pequena monta. Cuba exportava para o Brasil

charutos e alguns tipos de fumo fino, utilizados pela indústria brasileira de cigarros. O Brasil exportava madeira para Cuba (BRASIL,1947-1959,7).

## Haiti

Quando da instalação da Legação brasileira no Haiti, em 1950, o Ministro Osório Hermogeneo Dutra recebeu as Instruções pertinentes por meio de despacho confidencial.

*Ao instalar a Legação no Haiti, como primeiro representante diplomático do Brasil com residência em Porto Príncipe, deverá Vossa Excelência fazer sentir a esse Governo o significado disso, acentuando o propósito em que estamos, de colaborar dentro da mais estreita e íntima harmonia tanto no que se refere às nossas relações com esse país, como no que interessa a toda a América* (BRASIL,1950-1971,1).

Hermogeneo Dutra foi credenciado como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil no Haiti. A ele foi solicitado que utilizasse o fato de o Brasil ter sido um dos primeiros Estados a reconhecer a Junta Militar que detém o poder “para conquistar de início simpatia”(BRASIL,1950-1971).

A Junta Militar foi instaurada em decorrência do fato de que o presidente Dumarsais Estimé pretendeu reeleger-se a despeito de dispositivos constitucionais proibitivos. Em virtude deste fato, instaurou-se no país uma crise institucional e política. O Senado solicitou a intervenção do Exército levando à renúncia do presidente. Diante do vazio de poder, convocou-se, para governar a República, a mesma Junta Militar que havia atuado na crise de 1946. Esta era constituída pelo General Franck Lavaud e dos Coronéis Antoine Levelt e Paul Magloire.

O Governo brasileiro solicitou especial atenção do Ministro para as relações entre o Haiti e a República Dominicana “tensas há bastante tempo...” (BRASIL,1950-1971,2). E acrescentou-se

*A situação entre os dois países se agravou em princípios do ano corrente, com a acusação feita pelo Governo do Haiti de haver*

*descoberto um 'complot' para derrubá-lo, insuflado pelo Governo da República Dominicana (BRASIL,1950-1971,3).*

A questão foi levada pelo Haiti à consideração do Conselho da Organização dos Estados Americanos, que, após parecer da Comissão Investigadora, concluiu pela violação, por parte da República Dominicana, de vários compromissos interamericanos.

Numa questão mais pontual, o Governo brasileiro solicitou esforços do Ministro no sentido de se obter do Governo do Haiti apoio para a pretensão do Brasil de se eleger membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na vaga a ser aberta com o fim do mandato de Cuba.

Quanto às relações comerciais entre o Brasil e o Haiti “cabe salientar que elas são praticamente nulas”(BRASIL,1950-1971,4). A Secretaria de Estado manifestou que aguardaria sugestões do Representante do Brasil em Porto Príncipe, no sentido de se reverter tal quadro. O Ministro deveria verificar, oportunamente, se os produtos têxteis e farmacêuticos do Brasil não seriam bem recebidos no Haiti. E, ainda,

*Com respeito à política cafeeira, espera o Brasil que esse país continue prestando seu apoio ao Bureau Pan-Americano de Café, que a vem orientando com vantagens para nossos interesses (BRASIL,1950-1971,4).*

Em dezembro de 1951, o Governo haitiano manifestou interesse de elevar à categoria de embaixada as respectivas representações diplomáticas entre os dois países (BRASIL,1951-1959).

Num encontro entre o embaixador Cantuária Guimarães e o chanceler Pierre Liautaud, veio a lume o tema pan-americanismo, mas o Secretário de Estado das Relações Exteriores

*Não mencionou a questão dos blocos regionais, iniciada pela política de águas divisórias do justicialismo do Prata, porém senti que ela estava presente no seu espírito, inteligente e ágil, de culto advogado que é (BRASIL,1951-1959,17).*

À época, o Haiti mantinha boas relações diplomáticas com o Brasil e com quase todos os demais países da América Latina.

### **República Dominicana**

Ao final dos anos quarenta, no âmbito do comércio exterior, os dominicanos importaram armas do Brasil para fazer face aos conflitos em que estavam envolvidos no Caribe.

No entanto, a propósito de um episódio constrangedor, em que o Governo dominicano, numa atitude adrede pensada, deixou o Embaixador argentino, General Isidro I. Martini, vinte e três dias aguardando a data da entrega de suas credenciais, o Embaixador do Brasil, Paulo G. Hasslocher, traçou um quadro muito positivo das relações entre o Brasil e a República Dominicana.

*Desfruta, efetivamente, o Brasil de ótima posição junto a este Governo, sobretudo que os seus dirigentes não se esquecem do auxílio por nós prestado, com o fornecimento de armas, em momento crítico para o país. Além disso, caracteriza-se a política exterior da República Dominicana por uma firme união com os Estados Unidos da América; assim sendo, a amizade para com o Brasil é também um corolário dessa política. Cabe-nos, pois, a nós preservar essa situação, fomentando, da melhor maneira possível, as estreitas e cordiais relações que ligam os nossos dois Governos. Em um país como este, de firme prosperidade, de ordem absoluta, sem dívidas externa ou interna, o fortalecimento dessa amizade, por meio de novas demonstrações e deferências da nossa parte, serviria, estou certo, como ponto de referência para o prestígio do Brasil na região do Caribe e, portanto, para dificultar qualquer possível trabalho dos argentinos a fim de atrair esta República à órbita de sua influência. A estabilidade do regime, ainda que se trate de governo forte, muito contribui para que não haja solução de continuidade na consecução desse objetivo (BRASIL, 1947-1959, 2).*

No Relatório do embaixador Hasslocher, no final de 1953, não se fez alusão específica às relações entre a República Dominicana e o Brasil. O diplomata limitou-se, apenas, a mencionar que as relações

daquele país em face da política inter-americana eram boas (BRASIL,1947-1959,4).

Vimos, assim, que a política externa do Brasil para o Continente esteve, neste período, em perfeita sintonia com a política norte-americana para a região. Os conflitos de interesse entre os dois Estados foram sempre minimizados pelas autoridades diplomáticas.

As preocupações fundamentais do Brasil no Continente envolviam as relações com países do cone sul, especialmente, com a Argentina, Bolívia e Paraguai.

No âmbito das relações entre o Brasil e os Estados antilhanos – sempre cordiais e amistosas – a característica mais importante foi a irrelevância mútua.

### **Relações Interantilhanas**

Esta seção abarca as relações interantilhanas, examinadas sob o enfoque da diplomacia brasileira.

É sabido que o Exército desempenhou um papel protagonista na política interna dos Estados insulares do Caribe. Na verdade, a vida política daqueles Estados encontrava-se totalmente dominada pelo Exército. Nestes Estados de pequena extensão, de economia muito pouco desenvolvida, de escasso nível educativo e de população muito heterogênea, desde o ponto de vista étnico, o Exército exerceu uma influência absoluta, inclusive na escolha e no controle das diretrizes da política externa dos Estados.

### **Cuba**

A Secretaria de Estado no Rio de Janeiro foi informada em outubro de 1947, pela Embaixada em Havana, de uma tentativa frustrada de destituição do poder do ditador Trujillo, da República Dominicana. O ataque estava sendo preparado por um grupo de cubanos, sob o olhar complacente do presidente Grau e de políticos do primeiro escalão do Governo (BRASIL,1947-1959).

No Relatório de 16 de dezembro de 1953, o embaixador Góes Monteiro não fez referência às relações entre Cuba e os demais Estados das Antilhas. Explicitou, tão-somente, que as relações de Cuba com os países da América são relativamente boas. “Não há estremecimentos apreciáveis, nem entusiasmos sensíveis” (BRASIL,1947-1959,5). No entanto, ressaltou “um certo ressentimento com relação à Guatemala, devido às atenções especiais prodigalizadas por esse país aos próceres políticos depositos pela revolução de Cuba e ali exilados” (BRASIL,1947-1959,4).

### Haiti

O Haiti e a República Dominicana compartilham a mesma ilha, injúrias recentes e velhas competições históricas. Olham-se com desconfiança. “Diplomaticamente, detestam-se com cordialidade e espiam-se mutuamente” (BRASIL,1947-1959,14).

Os dominicanos – que temem ser um dia invadidos pelos haitianos – estão sempre preocupados com o maior crescimento demográfico dos seus vizinhos.

O Haiti estava situado entre dois pontos opostos de referência: os Estados Unidos e a República Dominicana. Do primeiro, recebia investimentos, empréstimos e ingerência; do segundo, não gostaria de ser ou parecer ser caudatário de sua política.

Durante o período de governo do presidente Dumarsais Estimé, que atuou depois da Junta Militar de 1946, as relações do Haiti com a República Dominicana tornaram-se mais tensas. Trujillo, dirigente dominicano, acusou a Estimé de estar em conivência com elementos, que desde Cuba e Guatemala, hostilizavam o seu governo.

Em setembro de 1951, o Encarregado de Negócios da Legação do Brasil afirmou que as relações haitiano-dominicanas, constantemente tensas, passavam, naquele momento, por um processo de acalmia

*que está permitindo a dissipação de antigas prevenções e de ressentimentos de há pouco, os quais vão sendo substituídos por um*

*clima de confiança que lentamente se estabelece* (BRASIL,1951-1959,2).

Mereceu destaque da Legação do Brasil em Porto Príncipe, em agosto de 1951, a instalação da Comissão Mista Haitiano-Dominicana. O Tema em pauta foi a utilização das águas dos rios e ribeiros comuns aos dois países (BRASIL,1951-1959).

Ainda no âmbito das relações interantilhanas, falou-se da visita do General Levelt, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas do Haiti, a Cuba, a convite daquele Governo. Durante o período da visita, que durou quatro dias, foram tributadas diversas homenagens ao general haitiano. Naquela oportunidade, Levelt obteve o compromisso do Governo cubano de que o presidente deposto do Haiti, Dumarsais Estimé, não obteria permissão para fixar residência naquele país.

### **República Dominicana**

As tensões entre a República Dominicana e o Haiti é tema recorrente na extensa documentação diplomática, sempre documentado com recortes de jornais de ambos os países (BRASIL,1947-1959).

No final dos anos quarenta, Oswaldo de Moraes Correa acumulava as funções de Representante do Brasil em Ciudad Trujillo e de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Porto Príncipe. Chegou ao Haiti, para apresentar credenciais, em meio a uma crise entre aquele país e a República Dominicana.

Esta era mais uma crise de natureza política entre os dois Estados que compartilhavam a Ilha de São Domingos. O coronel Astrel Roland, que havia perdido a confiança do presidente Dumarsais Estimé, após passar pela Embaixada do Haiti em Quito como Encarregado de Negócios, foi recebido pelo Governo da República Dominicana. Em Ciudad Trujillo, o coronel dirigiu-se aos seus compatriotas, sob os ouvidos complacentes do Governo dominicano, por meio de uma emissora de rádio, incitando-os à rebelião contra o governo e as instituições (BRASIL,1947-1959). Em decorrência deste episódio,

*formou-se uma 'onda' contra o Coronel e o Governo dominicano, produzindo-se levantamento em massa da opinião pública, suspensão temporária da luta sem trégua entre negros e mulatos e pronunciamento unânime da imprensa, chamando de traidor ao primeiro e de 'assassino de haitianos' ao segundo (BRASIL,1947-1959,3).*

O Haiti solicitou explicações à República Dominicana. Esta respondeu tardiamente e de tal maneira que não satisfez ao Governo solicitante. Por esta razão, o Haiti apresentou queixa formal à OEA.

Vale ressaltar, no entanto, que o estudo das relações entre dominicanos e haitianos pressupõe um conhecimento relativo da psicologia coletiva da Ilha. As tensões que envolvem os dois povos são de natureza muito complexa. Na verdade,

*há uma diversidade psicológica, muito acentuada, entre os dois povos: enquanto um se deixa arrastar por seus instintos e paixões, o outro assume atitude apática – o dominicano, hoje, é célula; vive sem liberdade, oprimido pelo medo de pensar aquilo que não seja a intangibilidade do seu Chefe (BRASIL,1947-1959,4-5).*

O Representante brasileiro estava incumbido, desde o final de 1948, de ir a Porto Príncipe para entregar ao Governo do Haiti as suas credenciais. Em razão dos seus compromissos na República Dominicana, procrastinou a sua ida ao país vizinho até 9 de fevereiro do ano seguinte.

*Cheguei, pois, à capital haitiana (...) no momento mais inoportuno, menos propício à missão de um representante diplomático, também acreditado nesta República e – o que assume proporções mais graves – com designação e hierarquia mais elevadas aqui (BRASIL,1947-1959,1-2).*

O diplomata comentou as dificuldades que se apresentam no trato de dois países tão diversos ainda que limítrofes entre si. República Dominicana e Haiti:

*dois países que ganhariam com a harmonia e trabalho em comum dos seus dois povos, tradicionalmente inimigos e diametralmente opostos (...) apresentando diversidades de vida e de costumes, por*

*suas origens raciais e por sua cultura, cada qual formado com uma psicologia coletiva diferente, segundo rumos próprios, no desenvolvimento e evolução de suas atividades políticas e humanas* (BRASIL,1947-1959,2).

A Secretaria de Estado foi informada da decretação de estado de sítio no Haiti por questões de ordem interna, incluindo o que se acreditava ser o perigo comunista. Entretanto, ativistas haitianos exilados na República Dominicana, por meio do acesso a emissora de rádio-difusão *La Voz Dominicana*, de propriedade do Coronel Arismendi Trujillo Molina, irmão do ditador, acabam por provocar protesto no Haiti contra o Governo dominicano.

Este, por sua vez, declarou que o protesto haitiano era tendencioso. Segundo Moraes Correia, “são as concepções de Estado, liberdade e economia as que motivam esses embates freqüentes”(BRASIL,1947-1959,4).

O ofício nº 30, de 08.02.1950, notificou ao Governo brasileiro, por meio da Secretaria de Estado, da disputa em que se encontram os Governos da República Dominicana, Haiti, Cuba, Guatemala e Venezuela. Segundo o Chanceler dominicano, Virgilio Díaz Ordoñez, a República Cubana “teimava em forçar às demais a adoção dos moldes de sua democracia, a seu ver leito de Procusto para toda espécie de aventuras, prevaricações e excessos” (BRASIL,1947-1959,3).

Conforme as autoridades dominicanas, a situação de tensão, então reinante, impunha ao Governo Trujillo uma corrida armamentista forçada (BRASIL,08/02/1950). O ofício nº 30, de 08.02.1950, traz, como anexo único, um Memorandum da Secretaria de Estado de Relaciones Exteriores, constituído de cinco páginas, datado de 07.02.1950, onde o Chanceler dominicano faz colocações muito genéricas sobre a crise no Caribe, dando a entender que ela é muito mais de caráter jurídico que militar.

O jornal *El Caribe*, de Ciudad Trujillo, noticiou, em agosto de 1950, suposta visita incógnita do Presidente de Cuba, Carlos Prío Socarrás, ao da Guatemala, Juan José Arévalo, com o objetivo de estimular atividades comunistas e da Legião do Caribe na área. Segundo o representante brasileiro, a viagem efetivamente ocorreu, mas o objetivo teria sido outro.

O de “serenar o senhor Arévalo na tolerância com que tem visto no seu país a formação de um progressivo sentimento anti-americano, que já invadiria inclusive os setores oficiais” (BRASIL,1947-1959,1-2). A viagem teria sido efetuada por instâncias de autoridades norte-americanas.

A instabilidade e o conflito nas relações entre o Haiti e a República Dominicana não impediram o surgimento de momentos de alguma serenidade. Nestes, ocorriam tentativas de articulações mútuas. O Governo da República Dominicana teria proposto ao Governo do Haiti o estabelecimento de um pacto anticomunista que, após celebração entre os dois Estados, estaria aberto à adesão das demais repúblicas americanas. No entanto, o Governo haitiano teria concluído que o objetivo do dito pacto já havia sido contemplado por outros instrumentos interamericanos, a partir do Pacto do Rio de Janeiro. No entanto, outros pactos mais ampliados sobre o tema poderiam, segundo o representante brasileiro, aparecer sob a orientação do ditador dominicano,

*pois é notória sua sede de aparecer internacionalmente como grande campeão americano da luta ao comunismo, não apenas na ordem interna do seu Estado* (BRASIL,1947-1959,2).

A República Dominicana, como a maior parte dos Estados da América de então, era defensora dos ideais e das práticas do pan-americanismo.

Mantinha, pois, as melhores relações diplomáticas com todos os países do Continente, exceção feita à “Guatemala cujo presente Governo continua a política do anterior, de visível e provado apoio e auxílio aos comunistas guatemaltecos e aos dos outros países” (BRASIL,1953,4).

Estavam, ainda, na memória dos dominicanos as ações da “Legião do Caribe”, que estabeleceu, entre os seus objetivos, a intervenção na República Dominicana. Para tanto, a Legião contava com o auxílio da Venezuela e de Cuba, à época sob a direção de governos simpatizantes do comunismo.

Em 1953, estes governos esquerdistas já haviam sido derrubados por meio da intervenção das forças armadas e as relações com a

República Dominicana foram restauradas, positivamente, tanto que as respectivas legações ascenderam à categoria de embaixadas.

Podemos perceber que as relações interantilhanas, na época em exame, tiveram como característica básica a permanente tensão, quase sempre transformada em conflitos diplomáticos ou armados. Foram muito breves os períodos de relativa serenidade nas relações entre aqueles países.

A diversidade cultural, étnica e lingüística associada à formação histórica de cada uma das áreas nacionais são elementos esclarecedores deste quadro traumático de relações internacionais.

### **Política Internacional dos Estados Insulares com o Continente**

A política internacional dos Estados insulares do Caribe comportou-se de acordo com os parâmetros da ordem internacional bipolar, articulada no período que seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Antes do encerramento do conflito mundial, em decorrência das medidas estratégicas de defesa do hemisfério Ocidental contra eventuais agressões soviéticas, foi reforçado o sistema de bases militares norte-americanas no Caribe.

A preocupação dos Estados Unidos era impedir o avanço do comunismo sobre a América Latina. O instrumento jurídico que viabilizaria as ações de ordem prática foi o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947). Em seguida, a 30 de abril de 1948, firmou-se o Pacto de Bogotá e a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Com estes instrumentos estabeleceu-se uma abertura permanente de consulta e cooperação entre todas as repúblicas americanas bem como a criação de um conselho permanente de defesa.

Com o Secretário de Estado John Foster Dulles, o anticomunismo norte-americano adquiriu contornos definitivos. Ocorreram casos de

intervenção militar em territórios ameaçados pela expansão da ideologia soviética.

Em contrapartida, verificou-se a ampliação da agitação popular nas Antilhas e em outras regiões da América Latina, acompanhada do aumento do sentimento coletivo antinorte-americano, que teve o seu ponto culminante na década de cinqüenta.

### Cuba

No início de 1947, repercutiu na imprensa de Havana denúncias de negociatas no comércio exterior de Cuba. O periódico *El Mundo* publicou, em duas oportunidades, nos dias 12 e 14 de janeiro, cartas onde os senhores José Angel Ceniceros e Álvaro Seminário, respectivamente, Embaixador do México e Encarregado de Negócios da Espanha em Cuba, procuraram esclarecer as transações comerciais, para a compra de açúcar, efetuadas pelos governos de seus países. O representante do Brasil apresentou dados explicitando que

*a safra de açúcar, em 1946, elevou-se a 4.250.000 toneladas e, de acordo com o convênio vigente entre Cuba e os Estados Unidos da América, desse total foram vendidas, a este último país, 3.630.000 toneladas, ficando reservadas 350.000 toneladas para o consumo interno e sendo destinadas 250.000 toneladas para a venda livre no mercado mundial (BRASIL, 1947-1959, 1-2).*

Ocorreram denúncias de que as transações com o açúcar destinado à venda livre no mercado mundial foram feitas de modo fraudulento, beneficiando a altos funcionários do governo além de familiares do presidente da República.

*Países, como o México e Espanha, cuja carência de açúcar era premente, não vacilaram, para obtê-lo, em pagar, ao Governo cubano, não só o preço solicitado, senão também uma soma destinada a custear comissões e propinas, que lhes assegurasse o apoio de funcionários venais, dos quais dependia, direta ou indiretamente, a efetivação dessas transações (BRASIL, 1947-1959, 2).*

No ano de 1946, a Argentina expandiu o seu comércio em Cuba. Segundo o Relatório da Missão brasileira em Havana, “No mercado cubano se encontra abundância de produtos argentinos...” (BRASIL,1947-1959,6).

O regime de Perón implementou intensa propaganda na região do Caribe e da América Central. O fato inquietou a Embaixada do Brasil em Havana que expediu diversas comunicações ao Governo brasileiro<sup>1</sup>.

A Missão brasileira em Havana remeteu à Secretaria de Estado recorte do jornal de Havana, *¡Alerta!*, de 17 de janeiro de 1949, com discurso irradiado dois dias antes por Eduardo Chibás, antigo senador, presidente do Partido do Povo Cubano (ortodoxo) e político de grande popularidade (BRASIL,1947-1959).

Chibás denunciou a interferência argentina em Cuba por meio de tentativas de suborno, por parte de membros daquela Embaixada platina em Havana, impetradas junto a emissoras de rádio e jornais da Ilha para servirem de veículos das idéias fascistas do general Perón. O discurso de Chibas está calcado em documentos cujas cópias foram agregadas pelo Encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos em Havana, Lister D. Mallory, que repassou cópias, também, para a Embaixada do Brasil naquela cidade.

No início do mês de fevereiro de 1949, a Embaixada do Brasil em Havana remeteu à Secretaria de Estado cópias de documentos fornecidas pelo Encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos em Havana, sobre a atuação argentina no Caribe, aludida no ofício nº 18, de 18.01.1949 (BRASIL,1947-1959).

Repercutiram, mais uma vez, na imprensa cubana aspectos da Argentina de Perón. Desta feita, a nova constituição dos argentinos. O Representante brasileiro em Havana informou que

*os principais órgãos da imprensa desta capital – El Mundo, Informaciones, Prensa Libre, a revista política Bohemia – em artigos editoriais, criticaram, vivamente, a nova Constituição da República Argentina, a qual, segundo afirmam, está eivada de princípios*

*totalitários, e teve como principal objetivo tornar possível a reeleição do General Juan Domingo Perón* (BRASIL,1947-1959,1).

As ações argentinas no Caribe, no sentido de consolidar um bloco hispano-americano sob sua influência, além de tentar solapar o regime democrático na região por meio da difusão de idéias fascistas em emissoras de rádio e jornais cubanos, estão fartamente documentadas na comunicação da Embaixada do Brasil, em Havana, para a Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro. O sentimento de indignação foi significativo.

*O cubano é, em geral, inteligente, patriota, apaixonado pela política partidária, crítica, com benevolência, os desmandos e negociatas de seus governantes, mas não tolera a intromissão, aberta ou velada, do estrangeiro na vida política do país* (BRASIL,1947-1959,2).

Em seguida, o diplomata complementou:

*O cubano é excepcionalmente vivo, arguto e provido de grande sensibilidade política. O homem da rua toma parte, com paixão, na vida pública, e forma, na maioria dos casos, uma opinião exata sobre seus estadistas* (BRASIL,1947-1959,2-3).

Uma outra questão merece destaque. Com a intermediação do Brasil, ocorreu o reatamento das relações diplomáticas entre Cuba e o Peru (BRASIL,1950-1963).

O Governo cubano procurava manter boas relações diplomáticas com os Estados Unidos. A economia estava, particularmente, atenta à manutenção desta atmosfera de equilíbrio das relações entre os dois países. O embaixador Góes Monteiro afirmou que “ninguém compreenderia em Cuba que o país pudesse lucrar economicamente mantendo más relações com os americanos” (BRASIL,1950-1963,4).

A imprensa norte-americana publicava, freqüentemente, declarações positivas sobre o Governo cubano, destacando temas de interesse da opinião pública dos Estados Unidos como a liberdade de imprensa, a ordem constitucional e o combate ao comunismo. E o general Batista acompanhava, com vivo interesse, a projeção dos atos do seu governo nas publicações periódicas da sociedade estadunidense.

Os altos dirigentes do Departamento de Estado, como de resto, dos demais Departamentos do Executivo, bem como membros do Congresso dos Estados Unidos, eram acolhidos em Cuba com cortesias extraordinárias.

A manutenção do equilíbrio destas relações não só era de interesse do governo cubano, como também do governo dos Estados Unidos, “desejo tão ao gosto da velha tradição do Departamento de Estado de sempre fazer a ‘política do poder’” (BRASIL,1950-1963,4).

### Haiti

O Representante do Brasil comunicou à Secretaria de Estado a presença da propaganda argentina no Haiti, em momento estratégico. Durante as comemorações da data nacional haitiana, a Embaixada da Argentina em Porto Príncipe distribuiu profusamente uma publicação intitulada *Haiti*. Tratava-se de um folheto de 24 páginas, com formato de revista, com gravuras coloridas, impresso em papel de boa qualidade, em francês. O conteúdo agrega artigos sobre o país islenho e textos de propaganda da República Argentina e do regime peronista (BRASIL,1951-1959).

O Haiti e os Estados Unidos compartilharam, entre 1947 e 1953, boas relações oficiais. No entanto, no âmbito das relações oficiosas, trocaram queixas mútuas constantemente. Contudo, “os Estados Unidos, embora lhes pareça mandão e aborrecido, é o parente rico a quem recorre o parente pobre, que é o Haiti” (BRASIL,23/12/1953,15).

Num discurso proferido em dezembro de 1953, o general-presidente, referindo-se aos Estados Unidos, “declarou que o Haiti não busca a caridade”. Reivindicou, sim, investimentos estrangeiros para dinamizar as pequenas usinas, estimulando, portanto, a economia agrícola. No discurso, comentou que o Estado oferecia incentivos fiscais aos investidores, mas os investimentos não chegavam. E lamentou o general Magloire, reportando-se à grande potência do norte: “n’étaient pas intéressés à nous aider à industrialiser le pays”(BRASIL,1953,15).

Por um lado, os norte-americanos lamentam a ausência de seriedade na administração pública, a má aplicação dos recursos pelo Estado e a instabilidade política; por outro, os haitianos reclamam que nações menos amigas são sempre melhor aquinhoadas com a ajuda e investimentos norte-americanos.

No entanto, não havia dúvidas que o Haiti era uma peça importante na política externa norte-americana para o Caribe.

*Revisam-na constantemente: todos os sábados, navios de guerra americanos ancoram na baía pitoresca de Porto Príncipe e centenas e centenas de marinheiros desembarcam, alegrando a cidade com seus dólares e uniformes brancos* (BRASIL,1953,17).

A Representação do Brasil em Porto Príncipe reitera informações sobre a presença da propaganda peronista no Haiti. O ofício enviado à Secretaria de Estado fez-se acompanhar de um recorte do jornal local *Le National*, onde ficou patente a força da Argentina sobre a América Espanhola. De pronto, a ilustração desta matéria chama a atenção do leitor. São duas fotos, uma do presidente da Argentina e a outra do Presidente do Paraguai. A primeira, bem maior e de melhor qualidade, é de Domingo Perón; a outra, de tamanho reduzido e de qualidade inferior é de Federico Chaves. Segundo o Embaixador do Brasil em Porto Príncipe,

*Esta desproporção gráfica entre os dois países, simbolizada na figura dos seus respectivos chefes, é bem a comunhão fraterna, a triste igualdade, 'entre los pueblos hermanos', que a política de águas divisórias do justicialismo do Prata busca com insistência e perseverança* (BRASIL,1951-1959,1).

Em seguida, Cantuaria Guimarães explicitou que

*O artigo, que me parece ser de inspiração oficial argentina, conta a visita do General Perón ao Paraguay e a finalidade política dessa viagem. Não difere muito de outros, da mesma origem, publicados na imprensa internacional* (BRASIL,1951-1959,1).

Foi esclarecido que este era o mais novo e o mais bem aparelhado jornal da capital haitiana. Funcionava havia apenas dois meses e alguns dias da data deste editorial. Ainda que não constasse o nome do presidente da República, era do conhecimento geral que ele pertencia ao senhor Paul E. Magloire.

Até então, o Governo do Haiti era desfavorável à formação de blocos regionais no Continente

*e que o pensamento da Chancelaria haitiana a esse respeito era o de que todo agrupamento no nosso continente, feito sob qualquer pretexto, traria resultados políticos, quebraria a unidade latino-americana e seria sempre contra outro ou outros países (BRASIL,1951-1959,2).*

Mesmo não se crendo numa mudança de orientação da política externa da República do Haiti, presume-se que, com uma aproximação ao peronismo, poder-se-ia tirar algum proveito nas relações entre este Governo e o dos Estados Unidos, “nesta época de nacionalização de empresas americanas na América Central”(BRASIL,1951-1959,2).

### **República Dominicana**

A Embaixada do Brasil em Ciudad Trujillo enviou à Secretaria de Estado, em fevereiro de 1948, ofício tendo em anexo *Memorandum* acompanhado do projeto de um Pacto Constitutivo da União Pan-Americana, de autoria do Embaixador Arturo Despradel. O Governo dominicano preparou este projeto para ser apresentado à IX Conferência Internacional Pan-Americana, com previsão para se realizar, em março de 1948, em Bogotá. O mencionado projeto, que traduz o interesse daquele país em protagonizar-se no concerto das repúblicas americanas, foi fundamentado, em parte, no projeto dominicano da “Liga das Nações Americanas”, apresentado à Conferência de Consolidação da Paz de Buenos Aires em 1936, tendo, também, a inspiração do projeto mexicano referente ao Pacto Constitutivo do Sistema Inter-americano, além de idéias originais do mencionado autor (BRASIL,1947-1955,962).

O diplomata brasileiro em Ciudad Trujillo informou à Secretaria de Estado aspectos das relações domínio-argentinas.

*Quase desnecessário é ressaltar a Vossa Excelência a nutrida simpatia que se reciprocam os Presidentes e Governos argentino e dominicano* (BRASIL,1947-1959,1).

Como ocorria, também, nos demais Estados antilhanos, assinala-se que a capital dominicana recebia, constantemente, congressistas e altas patentes militares norte-americanas. Além disso, o país estava fortemente integrado à orientação da política exterior norte-americana para o Caribe.

Como cerca da metade dos Estados do Continente, inclusive o Brasil, a República Dominicana firmou, com os Estados Unidos, o Tratado de Defesa, sempre monitorado por um alto funcionário norte-americano.

Em 1953, firmou, ainda, com os Estados Unidos, um acordo para a implantação de uma base militar, de grande alcance e potência, no território dominicano, sob a direção de norte-americanos e dominicanos, para lançamento de “projéteis dirigidos”, destinada, também, à defesa do Canal do Panamá.

Após entregar o poder ao seu substituto legal, no começo de 1953, o Generalíssimo Trujillo esteve por longo tempo nos Estados Unidos. De modo distinto do que costumava acontecer com a maioria dos ex-governantes latino-americanos nos Estados Unidos, foi homenageado por círculos oficiais, sociais e financeiros, especialmente, de Miami, New York e Washington.

Trujillo foi saudado, em um dos banquetes, pelo então Chief Justice Vinson, que, referindo-se ao Generalíssimo, afirmou: “Vossa Excelência é um desses estadistas da envergadura de George Washington: criadores de nações”. Em razão do caráter de homem reservado e discreto que era o presidente da Suprema Corte, a saudação revestiu-se de grande simbolismo (BRASIL,22/12/1953,6).

A despeito do relacionamento amistoso entre a República Dominicana e os Estados Unidos, chama-se a atenção para o posicionamento ambíguo do ditador diante do capitalismo internacional. Sua atuação governamental pode, por um lado, ser considerada nacionalista, pois chegou a tomar medidas no sentido de desenvolver a indústria voltada para o mercado interno. O Estado chegou a controlar grandes propriedades produtoras de açúcar, produto básico da economia dominicana, ameaçado pela competição como se vê nesta queixa do ditador sobre a “situação privilegiada de que goza nos Estados Unidos da América o açúcar cubano, em prejuízo da maior fonte de riqueza deste país” (BRASIL,1947-1959,3).

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, Trujillo, com a acumulação dos recursos obtidos, afastou o controle norte-americano da economia dominicana.

O ditador assumiu o controle de filiais de casas bancárias norte-americanas. Retirou o dólar de circulação. Saldou a dívida externa do país, com vinte anos de antecedência.

Porém, a oligarquia permitiu uma intensa entrada de capital estrangeiro no país em diversas atividades onde o Estado não tinha como atuar. A mineração e a produção de bananas foram áreas que receberam um volume considerável de investimentos.

Por esta razão não se desfizeram os laços que uniam os dominicanos à hegemonia dos norte-americanos. Na realidade, o projeto nacional de viabilidade do desenvolvimento não chegou a ser concretizado.

O Representante do Brasil abordou a questão armamentista dominicana nos seguintes termos:

*devo registrar o interesse deste Governo em se aparelhar para manter a posição conquistada entre os demais da América Central (insular e continental), adquirindo armamentos destinados à própria defesa e à eventual cooperação necessária ao cumprimento de pactos concernentes à defesa do 'hemisfério' (BRASIL,1947-1959,1).*

Cumprе ressaltar que o aspecto mais destacado do período em que ocorreu a Segunda Guerra Mundial e do período imediatamente posterior, no quadro da política internacional, foi o surgimento da noção de defesa continental, à qual se agregou a idéia de defesa da liberdade cristã-ocidental contra o ateísmo comunista. Esta noção foi demasiadamente utilizada por governos dos Estados Unidos e do Caribe. No plano prático, esta noção traduzia-se em acordos firmados sobre a ajuda militar mútua em caso de agressão estrangeira ao Continente. Os Estados Unidos assinaram acordos de assistência militar com Cuba (1952), República Dominicana (1953) e Haiti (1955). Naturalmente, o apoio dado aos governos estabelecidos reforçou o poder dos Estados contra as correntes oposicionistas. Sob o controle norte-americano fizeram-se as adequações de política interna e externa nos Estados antilhanos.

Face a estes acordos, os Estados Unidos instalaram diversas bases militares em diversos Estados da região. A título de exemplo, cita-se a base de Guantánamo em Cuba.

Os Estados insulares do Caribe apresentaram como característica relevante, ao longo de toda a sua história, a dominação estrangeira com as suas conseqüências naturais: a dependência econômica, política e cultural, os problemas sociais e as tensões raciais explícitas ou veladas.

Nas relações internacionais entre os Estados Unidos e os Estados caribenhos, em exame, destacaram-se as permanentes intervenções daqueles nos assuntos internos destes. Estas intervenções foram diretas ou indiretas. No primeiro caso, incluíram as ocupações militares; no segundo, as ações de natureza política ou econômica.

No plano da política interna, sobressaíram-se os governos ditatoriais sempre associados à depredação da riqueza nacional e à exploração das populações locais. Conectados ao poder, estavam os grupos dominantes, autoritários e quase sempre despóticos, fiéis e em constante conivência com os interesses econômicos e políticos internacionais. Estes grupos dominantes estavam em permanente conflito com os setores populares, que reivindicavam efetiva independência e liberdade.

Em decorrência de suas características, as Antilhas caribenhas, simultaneamente, sintetizaram a América Latina e se apresentaram como uma região singularíssima.

A sua localização geográfica e as importantes rotas de comércio que cruzam a região fizeram das Antilhas fronteiras estratégicas vitais para os Estados Unidos.

O medo da expansão, real ou imaginária, do comunismo levou os Estados Unidos a reforçarem o seu apoio aos regimes ditatoriais na região. A questão foi posta de tal maneira que não havia outra alternativa: quem não fosse pró-americano era pró-russo. As manifestações de especificidades locais não foram, sequer, examinadas. E a regra foi duríssima: aos pró-comunistas, o banimento ou a morte.

Os Estados Unidos queriam, de fato, garantir uma zona de influência. Não estavam, apenas, interessados na defesa de interesses econômicos concretos.

No âmbito das relações entre o Brasil e os Estados islenhos do Caribe, alguns pontos merecem destaque.

Em primeiro lugar, a ênfase dada à luta contra a expansão do Comunismo no Continente. Esta questão, na verdade, representou a diretriz mais importante da política interamericana do Itamaraty.

Em segundo lugar, chamou-se a atenção para a insignificância recíproca como característica básica das relações entre o Brasil e os Estados caribenhos em exame.

Finalmente, vale registrar que está, ostensivamente, presente no discurso diplomático a preocupação do Brasil em anular o esforço ingente da Argentina no sentido de atrair o Caribe para a sua órbita de influência.

## NOTAS

---

I Além de várias comunicações telegráficas, os ofícios confidenciais nº 135 e nº 152, respectivamente de 16 de junho e 4 de julho de 1947, nº 81 e nº 90, de 7 e 24 de abril

de 1948, o ofício reservado nº 191, de 20 de agosto de 1948, relativos à tentativa, por parte da Argentina, de formação de um bloco hispano-americano sob sua liderança e, também, à propaganda do regime peronista no Caribe e na América Central.

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, E. R. e HERBOLD, H., *Caribe: o paraíso submetido*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BOSCH, J., *De Cristóbal Colón a Fidel Castro, el Caribe, frontera imperial*, Barcelona, Alfaguara, 1970.
- CERVO, A. L., *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*, Brasília, IBRI, 2001; (org.), *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1994; y BUENO, C., *História da política exterior do Brasil*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2002.
- FENELON, D. R., *A guerra fria*, São Paulo, Brasiliense, 1983,
- GONZÁLES CASANOVA, P. (coord.), *América Latina: Historia de medio siglo*, México, Siglo Veintiuno, vol.2, 1981.
- HOROWITZ, D. (org.), *Revolução e repressão*, Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- LE RIVEREND, J., *Historia económica de Cuba*, Habana, Instituto Cubano del Libro, 1967.
- PIERRE-CHARLES, G., *El Caribe contemporáneo*, México, Siglo Veintiuno, 1981; (ed.), *Política y sociología en Haití y en la República Dominicana*, México, Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México, 1974.
- SCHLESINGER Jr, A. M., *A crise de confiança*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- VILLAS, C. M., *Imperialismo y clases sociales en el Caribe*, Buenos Aires, Cuenca, 1973.
- WILLIAMS, E. *From Columbus to Castro: a history of the Caribbean, 1492-1969*, New York, Harper & Row, 1970.

## FONTES

- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, *Missões Diplomáticas e Repartições Consulares: criação, transformação e extinção*, Rio de Janeiro, Seção de Publicações, 1968.
- BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 18.09.1946.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Seção de Arquivo Histórico,

- Brasília, Caixa 49, Ofícios enviados à Secretaria de Estado pela Embaixada do Brasil em Havana, Confidencial, 1947 a 1959.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Seção de Arquivo Histórico, Brasília, Caixa 159, Despachos enviados pela Secretaria de Estado à Embaixada do Brasil em Havana, Confidencial, 1950 a 1963.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Seção de Arquivo Histórico, Brasília, Caixa 79, Ofícios enviados à Secretaria de Estado pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, Confidencial, 1951 a 1959.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Seção de Arquivo Histórico, Brasília, Caixa 162, Despachos enviados pela Secretaria de Estado à Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, Confidencial, 1950 a 1971.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Seção de Arquivo Histórico, Brasília, Caixa 42, Ofícios enviados à Secretaria de Estado pela Embaixada do Brasil em Ciudad Trujillo (Nome atual, São Domingos), Confidencial, 1947 a 1959.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Seção de Arquivo Histórico, Brasília, Pasta avulsa, Confidencial, Conferência Internacional Americana, Caracas, 1954, Reunião dos Embaixadores, Circulares – Discursos.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Seção de Arquivo Histórico, Brasília, Pasta avulsa, Confidencial, Conferência Internacional Americana, Bogotá, 1947-1955, Brasileira, 1970.